

PROVA OBJETIVA - DIREITO

1. Sobre a distinção entre tutela de urgência e tutela de evidência no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (a) Tanto a tutela de urgência quanto a tutela de evidência exigem demonstração cumulativa de perigo de dano e probabilidade do direito.
- (b) A tutela de evidência pode ser concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, nas hipóteses previstas em lei.
- (c) A tutela de evidência possui natureza exclusivamente cautelar, sendo vedada a satisfação imediata do direito material.
- (d) A tutela de urgência somente pode ser requerida em caráter incidental, sendo vedada sua formulação em caráter antecedente.

2. Sobre o regime jurídico dos precedentes vinculantes no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (a) Os juízes e Tribunais não estão obrigados a observar os acórdãos proferidos em julgamento de recursos repetitivos.
- (b) A distinção entre o caso concreto e o precedente invocado é vedada pelo Código de Processo Civil.
- (c) O magistrado pode deixar de aplicar precedente vinculante, desde que apresente fundamentação específica demonstrando a distinção do caso concreto ou a superação do entendimento.
- (d) Os precedentes vinculantes possuem eficácia exclusivamente persuasiva, sem obrigatoriedade de observância.

3. Em relação à Fazenda Pública no processo civil, assinale a alternativa correta.

- (a) O prazo em dobro para manifestações processuais da Fazenda Pública aplica-se inclusive quando a lei estabelecer prazo próprio.
- (b) A remessa necessária é obrigatória em toda e qualquer sentença proferida contra a Fazenda Pública.
- (c) A execução provisória de obrigação de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública observa o regime comum de penhora e expropriação.
- (d) A intimação pessoal da Fazenda Pública é prerrogativa processual expressamente prevista no Código de Processo Civil.

4. Sobre o sistema recursal previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (a) O recurso de apelação possui, como regra, apenas efeito devolutivo, dependendo o efeito suspensivo de requerimento expresso da parte recorrente.
- (b) O agravo de instrumento é cabível contra toda e qualquer decisão interlocutória proferida no processo civil.
- (c) O recorrente pode desistir do recurso interposto a qualquer tempo, independentemente da anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
- (d) Os embargos de declaração possuem exclusivamente função integrativa, sendo vedada a atribuição de efeitos modificativos.

5. A repartição de competências é o ponto central da estruturação do Estado Federal brasileiro, concebida para assegurar a convivência harmônica e o equilíbrio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. No que tange às regras constitucionais que disciplinam a competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, assinale a alternativa que reflete de forma exata o modelo estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

- (a) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer competência legislativa sobre a matéria até que sobrevenha a diretriz nacional correspondente, sob pena de nulidade insanável do ato normativo local por invasão de competência da União.
- (b) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga integralmente a lei estadual anterior que dispunha sobre a matéria, ainda que os dispositivos estatais fossem compatíveis ou meramente suplementares às novas diretrizes federais.

(c) A competência da União para legislar sobre normas gerais afasta por completo a competência suplementar dos Estados, cabendo ao ente federal o detalhamento administrativo e regulamentar exaustivo das matérias sob o regime de condomínio legislativo.

(d) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades, sendo que a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrária.

6. A organização dos Poderes na Constituição Federal de 1988 estabelece uma rede de atribuições e mecanismos de controle recíproco envolvendo o Poder Legislativo, o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas. Diante das regras literais previstas no texto constitucional sobre o funcionamento, as prerrogativas e a fiscalização de tais órgãos, assinale a alternativa correta.

(a) No exercício do controle externo, se o Tribunal de Contas constatar a ilegalidade de um contrato administrativo firmado pelo Poder Executivo, cabe à própria Corte de Contas adotar diretamente o ato de sustação da execução contratual, comunicando imediatamente o fato ao Congresso Nacional.

(b) O Presidente e o Vice-Presidente da República, chefes do Poder Executivo, não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por qualquer período, sob pena de perda do cargo por infração político-administrativa.

(c) Compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os membros do Tribunal de Contas da União, os governadores de Estado e do Distrito Federal, bem como os Ministros de Estado do Poder Executivo.

(d) As decisões do Tribunal de Contas, de que resulte imputação de débito ou multa, terão eficácia de título executivo, prescindindo de homologação ou execução administrativa prévia por parte dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário para a constituição de sua força executória.

7. Os direitos e garantias fundamentais constituem cláusulas pétreas que estruturam a proteção do cidadão e das instituições coletivas perante o poder estatal. Entre os instrumentos destinados a viabilizar a proteção jurisdicional de direitos individuais homogêneos, coletivos e difusos, a Constituição Federal prevê remédios constitucionais de grande relevância prática para o contencioso administrativo e judicial. Com base estritamente no texto constitucional sobre os direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

(a) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

(b) As entidades associativas possuem legitimidade ampla para representar seus filiados judicialmente e extrajudicialmente, bastando a indicação dos objetivos sociais em seu estatuto, sendo inteiramente desnecessária autorização expressa individual ou coletiva para a propositura de ações.

(c) O mandado de segurança coletivo impetrado por entidade sindical depende de prévia autorização em assembleia geral específica dos trabalhadores da categoria, além de comprovação documental de que o sindicato encontra-se em funcionamento regular há pelo menos dois anos.

(d) O direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder é assegurado a todos, desde que demonstrada a impossibilidade financeira de arcar com as taxas administrativas de protocolo ou custas de representação por advogado.

8. O princípio da unicidade orgânica da advocacia pública estadual, decorrente do artigo 132 da Constituição Federal, estabelece balizas rígidas para a organização da representação judicial e da consultoria jurídica das unidades federadas. Acerca da possibilidade de criação de assessorias jurídicas ou órgãos de representação autônomos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

(a) É constitucional a criação de procuradorias autárquicas autônomas ou assessorias jurídicas paralelas nos Estados para o exercício de representação judicial e consultoria jurídica de autarquias, desde que haja vinculação técnica indireta ao gabinete do Governador do Estado.

(b) O modelo constitucional de advocacia pública estadual tolera a existência de carreiras de advogados autárquicos criadas por lei complementar estadual após a Constituição Federal de 1988, visto que o termo "unidades federadas" constante no artigo 132 da Carta Magna restringe-se à administração direta.

(c) O Supremo Tribunal Federal firmou tese vinculante no sentido de que é inconstitucional a criação de Procuradorias Autárquicas no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, haja vista que a representação judicial e a consultoria jurídica das entidades autárquicas e fundacionais competem privativamente aos Procuradores do Estado.

(d) As funções de representação judicial e consultoria jurídica do Poder Legislativo e das autarquias estaduais são inteiramente equivalentes, de modo que ambas podem ser exercidas de forma permanente por órgãos jurídicos próprios criados por leis estaduais posteriores a 1988.

9. De acordo com a Lei de Processo Administrativo do Estado do Pará (Lei Estadual nº 8.972/2020), o exercício da autotutela pela Administração Pública estadual dos atos que implicam violação direta ao Texto Constitucional se sujeita ao seguinte:

(a) A Administração possui o prazo de 5 (cinco) anos para anular os atos administrativos que violem o Texto Constitucional contado da publicação do ato na Imprensa Oficial do Estado.

(b) O vício do ato administrativo que viola o Texto Constitucional pode ser objeto de convalidação pela Administração, desde que não haja lesão ao patrimônio público.

(c) O exercício da autotutela, nesse caso, depende de prévia instauração do procedimento de invalidação previsto na LEPA, sendo dispensado o contraditório em qualquer caso.

(d) A autotutela dos atos que implicam violação direta ao Texto Constitucional não está sujeita à decadência, podendo o ato ser revisto pela Administração a qualquer tempo.

10. Verificada a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas na Administração Pública estadual, dispõe o RJU estadual (Lei nº 5.810/1994) que a autoridade competente deverá notificar pessoalmente o servidor para apresentar a sua opção por um dos cargos, empregos ou funções em acúmulo ilegal, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da notificação. Caso o servidor não comprove a sua opção, a autoridade superior, de acordo com o RJU estadual, deverá:

(a) Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS), sob o rito sumário, para apuração e regularização da acumulação ilegal, podendo o servidor ainda fazer a sua opção ao longo da tramitação do PADS, desde que respeitado o prazo final para tanto, que é o último dia do prazo para a apresentação da defesa.

(b) Instaurar Processo Administrativo Disciplinar (PAD), assegurado ao acusado ampla defesa e o direito subjetivo à celebração de Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD), o qual substituirá, se integralmente cumprido, a aplicação da penalidade.

(c) Instaurar Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e caracteriza a acumulação ilegal e provada a má-fé do servidor, será aplicada a pena de suspensão pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

(d) Instaurar Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e, constada a possibilidade de acúmulo e a compatibilidade de horários, ao servidor deve ser aplicada apenas a penalidade de advertência.

11. As parcerias celebradas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) regem-se pela Lei Federal nº 13.019/2014 e em âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº 4.040/2024. Acerca do Procedimento de Manifestação e Interesse Social (PMIS) assinale a alternativa correta:

(a) Recebido o pedido de PMIS, o órgão ou entidade responsável pela parceria deverá avaliar a proposta, no prazo máximo de 3 (três) meses, efetuando a divulgação da proposta do PMIS no seu endereço eletrônico oficial.

(b) O PMIS é o instrumento por meio do qual as Organizações da Sociedade Civil, os movimentos sociais e os cidadãos podem apresentar propostas à Administração Pública estadual, pretendendo a realização de Chamamento Público para celebração de parceria, não coincidente com o objeto de outro Chamamento ou parceria em curso no mesmo órgão ou entidade.

(c) A instauração do PMIS impede a OSC proponente de participar de certame que venha a ser instaurado em decorrência desse procedimento preliminar.

(d) A instauração de chamamento público ou a própria celebração da parceria está condicionada à prévia realização de PMIS.

12. A nova lei de licitações e contratos (Lei Federal nº 14.133/2021) exige da Administração Pública o planejamento nas compras públicas com o objetivo de diminuir os riscos de desperdício de dinheiro público que pode decorrer de uma compra não programada e/ou demora na aquisição de um bem ou serviço que o órgão tinha prévio conhecimento de que precisaria.

Nesse sentido, o plano de contratações anual (PCA) elaborado pelo órgão ou entidade possui grande relevância para a garantia do planejamento estratégico e para a racionalização das contratações. Sobre o plano de contratações anual, assinale a alternativa correta:

(a) O PCA deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade, publicado no PNCP e será observado na realização das licitações e na execução dos contratos do órgão ou da entidade.

(b) O PCA não depende de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), cuja exigência restringe-se aos contratos e seus termos aditivos.

(c) É dispensada de registro no PCA as contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação em razão da inviabilidade de competição.

(d) O PCA pode contribuir para o fracionamento de despesas do órgão ou da entidade que efetuam contratações de objetos da mesma natureza, no mesmo exercício e por meio de dispensa de licitação por pequeno valor.

13. Acerca da responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente decorrentes de sua omissão no dever de fiscalização, assinale a alternativa correta de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

(a) A responsabilidade possui caráter subsidiário, mas de execução solidária, permitindo que o Estado seja cobrado em conjunto com o poluidor direto.

(b) A responsabilidade possui caráter solidário e de execução principal, podendo o ente público ser executado antes mesmo da cobrança do causador direto do dano.

(c) A responsabilidade possui caráter solidário, mas de execução subsidiária, exigindo-se que a cobrança recaia primeiramente sobre o poluidor direto.

(d) A responsabilidade possui caráter exclusivo do Estado, eximindo o poluidor direto da reparação caso seja comprovada a total omissão estatal na fiscalização.

14. De acordo com as disposições expressas da Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa que apresenta um de seus princípios:

(a) A imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados.

(b) O desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais.

(c) A compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

(d) O controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.

15. Considerando a sistemática constitucional e a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS), assinale a alternativa correta:

(a) A instituição do regime de antecipação do pagamento do ICMS, sem substituição tributária, para momento anterior à ocorrência do fato gerador pode ser realizada por meio de decreto executivo, configurando mera alteração de prazo.

(b) A exigência antecipada do ICMS, desacompanhada do regime de substituição tributária, é juridicamente vedada, sendo inconstitucional a sua cobrança mesmo que instituída mediante lei em sentido estrito.

(c) A antecipação do recolhimento do ICMS, sem substituição tributária, afeta o critério material da regra matriz de incidência, exigindo aprovação prévia de convênio no CONFAZ e lei complementar federal para sua validade.

(d) A antecipação, sem substituição tributária, do pagamento do ICMS para momento anterior à ocorrência do fato gerador necessita de lei em sentido estrito.

16. A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributo de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. A respeito das características, incidência e regras constitucionais aplicáveis a esse imposto, assinale a alternativa correta:

- (a) O imposto será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação, a fim de garantir a arrecadação do ente produtor.
- (b) O imposto não incidirá sobre as exportações, acarretando, contudo, o estorno e a anulação dos créditos relativos às operações nas quais o exportador seja adquirente de bem ou serviço.
- (c) O imposto será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses constitucionais.
- (d) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica, que poderá ser diferente para cada tipo de bem ou serviço, visando garantir a seletividade e a essencialidade das operações.

17. Com base nas espécies de dano estudadas no direito brasileiro, assinale a alternativa correta:

- (a) Os lucros cessantes correspondem a um ganho meramente hipotético e incerto, não sendo admitido pelo ordenamento jurídico por se tratar de expectativa de lucro sem qualquer base concreta.
- (b) A teoria da perda de uma chance não é aplicada no Brasil, sendo reconhecida apenas como construção teórica sem efeitos práticos nos tribunais.
- (c) O dano moral está relacionado à violação de direitos da personalidade, especialmente ligados à dignidade da pessoa humana, não se confundindo com meros aborrecimentos cotidianos.
- (d) O dano moral é restrito à ideia de dor e sofrimento psicológico, razão pela qual não pode ser reconhecido em favor de pessoa jurídica ou nascituro.

18. Sobre a ação de consignação em pagamento, assinale a alternativa correta:

- (a) A consignação em pagamento é cabível apenas para obrigações de fazer e não fazer, não se aplicando a obrigações pecuniárias.
- (b) A consignação em pagamento somente pode ser utilizada em obrigações de entrega de coisa certa, sendo vedada sua aplicação em dívidas em dinheiro.
- (c) A consignação em pagamento é medida adequada para obrigações de pagar quantia, bem como para hipóteses em que há dúvida sobre o credor ou recusa injustificada de recebimento, entre outras situações legais.
- (d) A consignação em pagamento somente é admitida em obrigações de pagar quantia certa, não sendo aplicável a hipóteses de dúvida quanto ao credor.

19. Várias Promotorias de Justiça do Estado do Pará, além de outros órgãos estaduais de defesa do consumidor, receberam reclamações acerca da propaganda considerada enganosa, atribuída à empresa **AÇAI BELLE LTDA.**, com sede na cidade de Belém. A publicidade afirmava que o consumidor eliminaria até 2 quilos em apenas dez dias, sem dieta restritiva ou prática de exercícios físicos, mediante o uso diário de cápsulas naturais.

Com base nos relatos dos consumidores, na avaliação da publicidade e na perícia realizada no produto pelo MP e pelo órgão estatal competente, constatou-se que as cápsulas não exercem qualquer influência sobre o metabolismo humano. Verificou-se ainda que seu uso não gera benefícios nem danos, sendo totalmente ineficaz e, por isso, incapaz de promover o emagrecimento divulgado na propaganda.

Com base no enunciado, assinale a alternativa correta sobre a legitimidade ativa para a propositura de eventual ação judicial:

- (a) Somente o Ministério Público, Defensoria Pública e associações são legitimados para a propositura da ação civil pública, somente sendo reconhecida a legitimidade ativa de órgão estadual se este possuir personalidade jurídica própria.
- (b) O Ministério Público e os órgãos estaduais de defesa do consumidor possuem legitimidade para propor a ação civil pública visando à proteção dos interesses difusos e coletivos dos consumidores, como no caso de publicidade enganosa.

(c) Somente o Ministério Público, Defensoria Pública e associações são legitimados para a propositura da ação civil pública, não sendo reconhecida a legitimidade ativa de órgão estadual, mesmo que este possua dentre as suas atribuições a defesa do consumidor.

(d) A ação civil pública somente pode ser proposta após esgotamento da via administrativa perante os órgãos de defesa do consumidor, sendo vedada a atuação imediata do Ministério Público.

20. Maria Clara foi cobrada e realizou o pagamento de uma dívida decorrente de contrato de consumo, contudo, verificou-se posteriormente que houve cobrança indevida, tendo ela pago valor 50% superior ao efetivamente devido.

Nessa hipótese, é correto afirmar que a consumidora tem direito à repetição do indébito no valor _____, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Código de Defesa do Consumidor).

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

- (a) De 10% sobre o que pagou em excesso
- (b) De 50% do que pagou em excesso;
- (c) Igual ao dobro do que pagou em excesso;
- (d) De 50% do total da dívida

PROVA OBJETIVA - DIREITO

1. Sobre o Parecer Jurídico a que se refere o art. 53 da Lei Federal n.º 14.133/21, responda: (máx. 15 linhas totais)

- (a) Em que momento processual ele é emitido?
- (b) Qual o objeto do Parecer Jurídico?
- (c) Qual o tipo de linguagem que deve ser utilizado?
- (d) O parecer jurídico é necessário em caso de contratações diretas?
- (e) O Parecer Jurídico pode ser dispensado?

2. Determinada Secretaria de Estado deflagrou Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação temporária de excepcional interesse público. O certame foi dividido em provas objetivas e de títulos. Após a publicação do resultado definitivo da prova de títulos, uma auditoria interna constatou que, de forma generalizada, a banca examinadora aplicou as pontuações em franca violação aos critérios objetivos previstos no instrumento convocatório. Diante disso, a Administração, em ato devidamente fundamentado, anulou o resultado dessa etapa e publicou um novo edital com a recontagem e as devidas correções.

Inconformada com a redução drástica de sua nota, a candidata Marta impetrou mandado de segurança, com pedido liminar, perante o Juízo competente. Alegou a ocorrência de preclusão administrativa, argumentando que o Estado não poderia alterar as notas após a publicação do resultado definitivo e sustentou que, a seu ver, a anulação ocorreu com desvio de finalidade para beneficiar terceiros. O juízo deferiu a liminar, determinando o restabelecimento da pontuação original da impetrante.

Comando: Na condição de estagiário(a) de pós-graduação da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, redija um texto dissertativo respondendo, fundamentadamente, aos seguintes questionamentos:

- (a) Qual o recurso processual cabível contra a referida decisão liminar e qual o prazo de que dispõe a Fazenda Pública estadual para a sua interposição?
- (b) Como devem ser aplicados os princípios da autotutela e da presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos para demonstrar o desacerto da decisão judicial e defender a conduta do Estado?